

## **Apresentação**

O Movimento Mudança Universitário é um campo político do Movimento Estudantil brasileiro, organizado em varias esferas (CA's, DCE's, UEE's, Federações e Executivas e na fóruns de extensão e pesquisa, grupos artísticos e culturais e na UNE). A Mudança é um campo de esquerda e democrático que busca através da pratica fazer com que o movimento estudantil brasileiro esteja nas lutas e no dia a dia dos estudantes em nosso país.

Nossa organização se dá a partir de núcleos de base organizados em cada Universidade e são os representantes desses núcleos que tomam as decisões mais importantes sobre nossa política e sua execução.

Esse método já demonstra onde, para nós, está mais importante do movimento estudantil: nas organizações de base

O Movimento Mudança, portanto, é uma organização nacional de estudantes, grupos e entidades de base que têm opiniões semelhantes sobre o mundo, o Brasil, a Educação e o Movimento Estudantil. E que, percebendo a semelhança entre suas idéias e sua prática, unificam-se em todo o país para que, assim, com um monte de mudança em um monte de lugares, as mudanças fiquem mais fortes, cresçam e continuem mudando a universidade e o movimento estudantil.

Por isso nosso mote é "o Importante é o Movimento" porque só com movimento – e não apenas com discurso – a gente muda de verdade.

## **Movimento Mudança**

### **O importante é o Movimento**

#### **Queremos um movimento estudantil diferente**

"Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo"  
(Florestan Fernandes)

Para o Movimento Mudança existe uma grande necessidade de reinventar a ação e modo de organização do Movimento Estudantil, construindo atuações que dialoguem com os desafios colocados pela contemporaneidade, sem desprender de suas lutas e bandeiras históricas. Um movimento que esteja disposto a lutar pela mudança do "todo", que permita a

participação democrática e protagonista dos estudantes, respondendo a diversidade de expectativas e visões de mundo que atuam em seu seio.

Vemos hoje em diversas esferas e espaços, entidades que atuam de forma antidemocrática, sem relação real com estudantes, em diversos setores, dos centros acadêmicos às entidades gerais. Entendemos que se trata de um problema de modelo, não somente de direção ou das forças políticas. Interpretações que entendem que a responsabilidade é das direções ou das maiorias constituídas acabam reduzindo o problema e não conseguem oferecer alternativas. Estas contradições geram o afastamento, o desânimo, a crise de referência no movimento como instrumento de mudança, que se evidencie na ação cotidiana, na capacidade de romper com as formas e as estruturas de poderes constituídos.

Para que uma nova cultura política se estabeleça é necessário que se desenvolva um amplo debate acerca da importância da luta. As entidades estudantis precisam atuar de forma a equilibrar a relação entre a democracia participativa e representativa, incentivando e estimulando os estudantes a participarem das decisões e mobilizações realizadas pelo ME, bem como, na construção cotidiana do movimento.

Para nós do Movimento Mudança alguns passos precisam ser dados para ampliar concretamente a ingerência e capilaridade do movimento. O primeiro deles seria a ampliação do próprio conceito de Movimento Estudantil.

Entendemos que fazer movimento é se colocar ao lado das lutas populares, dos movimentos contra-hegemônicos, na construção de uma contracultura; e neste sentido, fazer movimento estudantil é repensar a universidade, seu papel na sociedade, é repensar o lugar onde moramos, o nosso país, o mundo. Não é só fazer disputa, participar da eleição, montar chapa, não é só pegar no microfone e fazer intervenção; fazer movimento é refletir e atuar em favor de tudo aquilo que disputa objetivamente a sociedade tanto de forma política quanto ideológica; Extensão Universitária, movimentos culturais, lutas específicas; gênero, raça, sexualidade; é no Consuni, é ocupando a reitoria. Mas sem a ampliação do seu conceito, pouco ou quase nada será modificado.

Outro elemento que para nós da Mudança é crucial é o constante processo de radicalização democrática. Não prescindimos da democracia. Acreditamos que ela é um ponto fundamental para gerar uma nova cultura, uma inflexão no modo de organização e participação dos estudantes.

A União Nacional dos Estudantes chegou aos setenta anos e não perdeu sua potencialidade, sua energia transformadora, seu compromisso por um país mais justo fundado em valores ético-solidários, a UNE não desistiu e não desistirá de construir o poder popular. É bem verdade que ela enfrenta novos desafios; que por sinal sempre fizeram parte da sua história; desafios do seu tempo, desafios que só ela pode enfrentar, com jovialidade e energia, sempre na luta para construir um mundo melhor.

## **Democratizar a UNE – Diretas Já!!!**

Como meio de democratizar a UNE e coloca - lá cada vez mais como referencia de luta dos estudantes brasileiros o Movimento Mudança defende eleições diretas pra entidade.

Você deve estar se perguntando: Lá vem a galera da Mudança mais uma vez pautar Diretas na UNE! Será que eles não sabem que as Diretas foram derrotadas no último CONUNE?

É claro que a gente sabe, mas para nós, o CONEB é um momento muito importante na vida política da UNE, e não foi à toa que lutamos por oito anos para ele acontecer. Além de envolver o C.A., que é a entidade mais perto do estudante no seu dia-a-dia, o CONEB não tem eleição de Direção da UNE o que torna um fórum basicamente de aprofundamento das pautas políticas. Mais importante do que quantos diretores cada chapa vai fazer, é os C.A. 's que saem de todo canto do Brasil e vão ao CONEB debater política.

Para nós, a política é o mais importante. Por isso defendemos Diretas na UNE. Porque achamos que cada estudante tem que debater e definir as pautas da entidade que o representa. Acreditamos que a eleição de delegados por urna, dentro de cada Universidade já foi um avanço para a entidade, contando com a participação de mais de 800 mil estudantes. Mas vai ser muito melhor a Direção da UNE ser eleita por mais de 800 mil pessoas.

Sabemos que estatutariamente o Congresso é o fórum mais representativo da UNE, e no ultimo CONUNE a Mudança foi derrotada na votação das diretas. Mas, como para nós o mais importante é a política, não viemos aqui pedir o seu voto, queremos pedir que você faça o debate no seu C.A., na sua sala de aula sobre as eleições Diretas.

Democratizar a UNE passa por MUDANÇA na eleição da sua direção!

## **Uma breve leitura sobre a crise econômica**

O mundo hoje passa por uma profunda crise do sistema financeiro. Crise esta que afeta não só o capital especulativo e as bolsas de valores, mas que tem impacto real na vida das pessoas. Alta dos preços dos alimentos, do combustível, dos alugueis e mensalidades escolares, desemprego, ou seja, é uma crise que pode afetar toda a população mundial.

A autoregulação do mercado, paradigma hegemônico na sociedade, se mostra frágil e incapaz de atender a gerar a estabilidade monetária e financeira do mercado internacional, colocando em risco a economia real de vários países.

O que vemos em relação às medidas adotadas para conter o aprofundamento da devastação financeira de grandes grupos econômicos, são os estados implementando políticas na contramão da lógica neoliberal do estado mínimo. Porém esta ingerência ocorre para salvar grandes empresas e bancos; os grandes geradores da crise; não priorizando as pequenas e médias empresas.

Infelizmente a esquerda mundial não conseguiu convencionar um modelo de desenvolvimento alternativo que pudesse neste momento fazer a disputa hegemônica, para avançar taticamente na direção do socialismo; estamos desorganizados e sem intervenção real nas medidas que estão sendo tomadas pelo governo.

Pelo menos no Brasil observamos uma economia mais sólida, consistente, e analistas econômicos e o governo apontam pouca influência da crise em nosso país, mas para que isso aconteça existe a necessidade de fortalecer o consumo interno e propor iniciativas concretas que alterem os valores e a correlação no sistema econômico mundial, eliminando a força gravitacional do modelo neoliberal de desenvolvimento.

Os desdobramentos e conseqüências desta crise ainda não são dimensionados, mas o que já podemos afirmar é que com certeza trará novos conceitos para a organização da economia mundial.

## **Conjuntura Nacional**

### **Disputar o governo Lula e construir o poder popular**

Para nós do Movimento Mudança o governo Lula é um governo de contradições. Alguns setores se mostram sensíveis às demandas do povo como é o caso do MEC e do Ministério da Justiça, já outros setores apresentam seu caráter conservador e retrógrado nas políticas apresentadas como o Ministério das Comunicações que reluta em não convocar a Conferência Nacional de Comunicação.

Neste cenário achamos que é momento dos movimentos sociais buscarem fazer a disputa do governo evidenciando o que tem sido colocado como demanda histórica como a diminuição da desigualdade social, porém de forma responsável se colocar contrários a políticas conservadoras como a do Banco Central.

Temos que ter clareza que o atual momento nos apresenta uma conjuntura favorável na disputa de consciência das pessoas, mas quem irá fazer esta disputa são os movimentos sociais organizados, buscando interferir na mudança da cultura, na mudança de valores presentes no dia a dia da sociedade. Valores individualistas e consumistas que a política neoliberal fortemente entranhou na sociedade mundial.

A complexidade do mundo atual e a pluralidade da juventude acrescentam dificuldades a essa tarefa. Precisamos criar uma identidade dos estudantes, da juventude e dos movimentos sociais. É necessário se criar pautas e bandeiras em comuns que podem trazer vitórias concretas para a população brasileira. Vitórias que precisam ser construídas em conjunto com a população, fazendo com que nossas lutas sejam referencia para a maioria de nosso povo.

Nossa estratégia não pode ser outra senão a busca pelo PODER POPULAR.

É a organização dos movimentos sociais o único instrumento capaz de por fim ao pensamento hegemônico que para benefício de alguns tantos outros sofrem com a fome, miséria, desemprego, enfim com o lado mais cruel das desigualdades econômicas e sociais.

Apesar da vitoriosa experiência que é o Governo estamos convencidos de que não será por ele que transformaremos nosso país em uma sociedade de respeito e liberdade. Apenas com a organização das pessoas e com a disputa das consciências na luta política é que poderemos nos aproximar dessa sociedade justa e igualitária. A UNE precisa estabelecer uma luta contra-hegemonica aos valores neoliberais.

Basta de debates resumidos a disputas de entidades. Queremos uma UNE presente no dia-a-dia dos estudantes, na luta nas universidades, presente em mobilizações e debates das grandes questões nacionais. Queremos uma entidade que esteja presente na vida da juventude brasileira.

Só com a Mudança de valores, resgatando a luta popular é que conseguiremos fazer com que vivamos em mundo justo, igual para todos e todas, um mundo construído pelo poder popular.

### **Reforma política**

#### **Por Mudança no sistema eleitoral brasileiro**

É notória a deficiência do sistema eleitoral brasileiro. Corrupção, caixa dois, troca-troca de partidos, personalização nas disputas eleitorais, enfim, um sistema que cada dia que passa encontra barreiras para garantir processos eleitorais de forma justa e democrática.

Lista fechada, financiamento publico de campanha, fim das coligações proporcionais, inelegibilidade, clausula de barreira são temas importantes a serem discutidos, mas o principal é que a reforma política venha a garantir que a sociedade possa cada vez mais participar da vida política de nosso país.

A UNE precisa protagonizar a defesa da reforma política aprofundando seu conteúdo em debates nas universidades em todo canto do país. Temos que defender a realização do plebiscito nacional que versará sobre uma constituinte específica sobre a Reforma Política; tal iniciativa é fundamental para diluir o debate na sociedade, garantindo o esclarecimento e o acesso da população ao que é central nessa discussão.

Esta Reforma Política tem fortalecer a participação do povo nas decisões do poder público, por isso defendemos que o governo utilize cada vez mais consultas populares e plebiscitos como instrumento de fortalecimento da democracia e participação política da população.

Mais do que o voto na hora da eleição o povo brasileiro precisa participar das grandes decisões de nosso país.

### **Mudança nos meios de Comunicação Comunicação como um bem público**

O debate sobre democratização e concessão pública da comunicação tomaram corpo no dia 5 de outubro de 2007, quando venciam as concessões de cinco grandes emissoras nacionais em vários estados do País.

Este debate não deve ser somente um afronte as grandes empresas que detém o controle da grande mídia, mas sim, um momento de debatermos a concessão de serviços públicos e a comunicação com um direito, um bem público. As emissoras de TV acabam sofrendo uma resistência maior por ter o acesso mais fácil dentro da casa da maioria dos brasileiros.

Cerca de 98% dos brasileiros tem televisão em casa (segundo o IBGE, existem mais casas com televisores do que com geladeira, por exemplo). Porém, apenas 10% da população têm acesso aos jornais impressos, internet e revistas. A TV é, portanto, o meio de comunicação responsável não apenas pela informação, mas, principalmente, pela construção de valores no nosso país. Praticamente detém o monopólio da comunicação e, literalmente, faz a cabeça da população. Mas se a concessão é pública, quando e como poderemos opinar sobre ela?

Países Europeus, que tem um debate bem mais aprofundado sobre esse tema, já passaram por esse momento e tomaram decisões importantes. Vários países criaram leis de comunicação de massa, ou até instituíram órgãos de controle social sobre meios de comunicação. Garantindo uma ampla diversidade de programação. Inclusive tendo poderes de cassar a concessão se o órgão de comunicação não seguir o que a regulamentação local exige.

Nesse sentido a UNE e os demais movimentos sociais de democratização da mídia (Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação - e FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) devem construir políticas de controle social sobre o debate de concessões públicas, e exigir a saída de Hélio Costa do Ministério da Comunicação.

Para nós, o direito de comunicação é uma ferramenta de emancipação das pessoas. Não existe uma sociedade democrática, se o acesso e o direito a comunicação não são democráticos. Pela livre comunicação, esse é um direito nosso!!!

### **Em defesa do software livre**

Se por um lado a tecnologia tem trazido enormes benefícios para a humanidade, percebemos que ela ainda é acessível a poucos. Em um país onde o preço do hardware, parte física do computador equivale a pelo menos 5 salários mínimos, devemos procurar alternativas que visem democratizar o acesso aos meios informatizados, como o Software Livre.

Talvez o leitor não pague pelos softwares proprietários que estão instalados nos computadores que usam o que só aumenta as estatísticas da pirataria. De qualquer forma esse ponto se torna mais problemático quando falamos da iniciativa privada e do governo.

Primeiramente as multas por utilização de software pirata podem chegar a 3000 vezes o valor do software. Para se ter uma idéia se uma organização tiver 10 computadores e todos eles tenham Windows e Office piratas, a multa pode chegar a R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

O Software Livre ao contrário dos softwares proprietários – como Windows e Office que pertencem a Microsoft – são programas gratuitos e abertos. Softwares Livres como o Linux (<http://www.linux.org>) e o Open Office (<http://www.openoffice.org>) podem ser baixados da internet ou copiados livremente. Mais do que isso o código fonte está disponível para estudo e alterações, com a condição que as alterações também sejam livres. Esta última vantagem, além de ser uma facilidade a mais aos usuários mais experientes, os quais podem personalizar seus próprios programas, é uma questão estratégica para países que pretendem desenvolver tecnologias próprias.

Atualmente o Estado brasileiro gasta milhões de dólares em licenças de softwares proprietários. Esse dinheiro é enviado para outros países na forma de royals. Para reverter essa situação o governo federal já tem política de difusão do Software Livre (<http://www.softwarelivre.gov.br/>). Pois como já citado é estratégico para o Brasil não depender de tecnologias que apenas uma determinada empresa tenha acesso ao seu código fonte, ou seja, que apenas a empresa fabricante conheça o seu funcionamento.

Usando tecnologias livres temos a garantia que não estaremos a mercê do monopólio de determinados fabricantes.

"O investimento no conhecimento, como única forma de sair da indigência, do subdesenvolvimento e da marginalização para uma sociedade mais informada e preparada para o novo século."

## **Pela abertura dos arquivos da ditadura militar Resgate da história e memória do povo brasileiro**

A União Nacional dos Estudantes desde a redemocratização do Brasil defendeu a abertura dos arquivos da ditadura militar e sempre pautou este debate em seus fóruns e congressos.

Neste ano o Ministério da Justiça através de uma audiência pública polarizou a discussão na sociedade defendendo a abertura dos arquivos e punição aos torturadores do regime militar. Rapidamente setores das forças armadas e setores conservadores do governo reagiram propondo o esquecimento do período, colocando a lei de anistia como ponto final nesta história.

Mas segundo as leis e tratados internacionais, tortura não é crime político e sim crime de lesa humanidade, ou seja, deve ser tratado de forma imprescritível e como crime comum.

No Brasil vivemos uma cultura de injustiça e impunidade que permeados pelo esquecimento de alguns períodos, dificultam a população brasileira de entender sua própria sociedade.

A ditadura militar e suas atrocidades são propositalmente esquecidas nas escolas e universidades garantindo que o pensamento da elite, da classe dominante seja hegemônico em nossa cultura.

Por isso o Movimento Mudança defende a abertura dos arquivos da ditadura militar e punição aos torturadores como meio de resgatar a história e a memória de nosso povo, garantindo cada vez mais o aprofundamento da democracia em nosso país, e uma cultura de justiça em nossa sociedade.

Todos os países desenvolvidos culturalmente carregam consigo os valores da sua história e da sua memória que construíram suas bases econômicas, sociais e culturais.

Para que tenhamos um país cada vez mais democrático e justo socialmente o movimento estudantil tem que se apropriar deste assunto e organizar no máximo de espaços possíveis debates e atos públicos em defesa da abertura dos arquivos e punição aos torturadores.

A disputa contra hegemônica se dá através da mobilização popular e da participação dos estudantes em debates que interferem na cultura de nosso país.

**Pela abertura dos arquivos da ditadura e punição aos torturadores!!**

### **Pré Sal: O petróleo é nosso!!!**

Para os Movimentos Sociais que lutam pelas causas populares e pela autodeterminação dos povos e sua soberania, o debate sobre o Pré Sal é crucial, pois permite ligar uma série de

temas. O direito constitucional que garante a posse e a legitimidade do povo brasileiro sobre os recursos naturais, a rediscussão de atual legislação do petróleo, a suspensão dos leilões, o direcionamentos dos recursos provenientes de sua extração, a importância da participação do conjunto da sociedade na definição do modelo, assim como, a legitimidade do Estado brasileiro em regular sobre o tema. Este debate é extremamente relevante, pois nos encontramos em um momento em que o petróleo dá claros sinais de esgotamento, alterando o peso geopolítico do Brasil no sistema mundial, lembrando que o EUA reativou sua quarta frota marítima que atua sobre o Atlântico Sul.

Neste sentido, buscando oferecer respostas objetivas, formou-se um Fórum Nacional em Defesa do Petróleo que adotou o nome O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO e cuja idéia é acumular tanto propostas quanto forças para a disputa sobre o modelo e o direcionamento dos recursos. Este espaço deve ser encarado de forma prioritária pelos movimentos sociais devido a possibilidades democráticas geradas por tal discussão, através da realização de um plebiscito nacional em que todo o povo deve votar sobre quais alternativas seguir a partir de três bandeiras que permitiriam reunir as diversas forças sociais, são: 1) mudança do marco regulatório, herança do governo FHC; 2) a imediata interrupção dos leilões dos blocos de petróleo; 3) e não permitir a exportação do petróleo cru, permitindo que as riquezas provenientes do petróleo garantam nosso desenvolvimento industrial como um todo.

A realização do plebiscito daria legitimidade, por exemplo, para a criação de um fundo nacional; inscrita na constituição; que vinculasse as riquezas provenientes do petróleo com investimentos em educação, saúde, habitação, assistência social reforma agrária e desenvolvimento do país.

A descoberta do petróleo na camada pré-sal nos coloca ante a uma encruzilhada, devido à concomitante crise americana e sua bolha imobiliária, temos a possibilidade de construir um projeto popular a partir de tamanha riqueza. Estamos diante de uma conjuntura que exige respostas políticas objetivas por que é importante ressaltar que a crise do paradigma neoliberal não gera automaticamente sua superação, na falta de um modelo alternativo o neoliberalismo continua exercendo sua força gravitacional; sendo a Argentina um bom exemplo. Temos a oportunidade de garantir o protagonismo popular nesta construção, neste debate; através da unidade das forças populares para construir um projeto popular e soberano que supere a proposta neoliberal.

### **O Movimento Mudança na luta pela reestruturação do SUS**

A saúde pública no Brasil tem um histórico perverso de descaso com a população. Os modelos de atenção à saúde voltada para a cura de doenças sempre estiveram delineando as políticas de saúde do estado com ações meramente curativas e com propósitos mercadológicos.

O movimento sanitário que culminou com a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde foi um marco na luta pelo surgimento do SUS. Porém, certos setores da sociedade, tais como prestadores de serviços e empresas médicas, não tinham interesse na construção de um sistema de saúde de cobertura universal e avesso à lógica do lucro, o que os levou a combater as políticas de estado para a saúde. De fato, até os dias atuais o SUS tem sua intervenção pública no setor saúde incompleto, pois a atenção de média e alta complexidade se dá por compra do serviço do setor privado.

O financiamento e gerenciamento de recursos talvez seja o maior problema enfrentado por esse gigante que é o SUS. A principal forma de alocação de recursos é a arrecadação fiscal dos estados e municípios, podendo então haver o contingenciamento de verbas. Na saúde, os custos são cada vez maiores, porém os investimentos não progridem no mesmo ritmo. Além disso, muitos recursos são mal gerenciados, o que pode ser comprovado em diversos casos de corrupção pelo País. É necessário mais autonomia para os municípios gerenciarem seus recursos, com base na situação epidemiológica e com ênfase na promoção da saúde, garantindo flexibilidade de gestão e um maior controle social.

Os conselhos de saúde são instâncias que orientam e fiscalizam o uso dos recursos de saúde, do qual participam gestores, profissionais de saúde e usuários. Neste sentido, ocupar e fortalecer os conselhos é necessário para que a sociedade civil organizada considere a aplicação dos recursos do SUS de acordo com a real necessidade e com o apoio da comunidade.

Outro elemento fundamental no processo de fortalecimento do SUS está na formação dos profissionais, que dá pouca atenção à saúde pública. É necessária uma urgente reformulação dos currículos nas universidades, orientando os estudantes sobre a complexa realidade social que envolve os serviços públicos de saúde. Além disso, também é preciso profissionais com habilidades para atuar na gestão, no planejamento e na execução de ações e programas de caráter coletivo que envolva a participação comunitária. É necessária uma urgente reformulação dos currículos nas universidades, orientando os estudantes sobre a complexa realidade social que envolve os serviços públicos de saúde. Fortalecer os projetos e programas de extensão popular que envolva os princípios da educação popular em saúde é um dos caminhos a serem seguidos, e que já mostram grandes resultados nas experiências já existentes.

Os estudantes brasileiros têm um histórico de protagonismo nas grandes lutas do nosso povo. Neste sentido, discutir as questões relativas à saúde pública e encaminhar lutas concretas pela defesa do SUS também é papel do movimento estudantil e do conjunto dos movimentos sociais.

## **Economia solidária e Movimento estudantil**

Antes mesmo da crise financeira internacional, a economia solidária já vinha se apresentando como uma nova cultura econômica e que vem transformando a forma de pensar e agir de muitos estudantes colocando a educação popular a serviço de um novo modelo de desenvolvimento. Ao fomentar a economia solidária, a pesquisa, o ensino e a extensão se tornam a própria busca de alternativas que fazem na prática um novo movimento estudantil.

A economia solidária vai muito além da geração de renda e traz propostas de mudanças nas relações interpessoais e com o meio ambiente. Cooperação, não competição, preservação dos recursos naturais, não exploração dos trabalhadores, igualdade de poder na tomada de decisões na “empresa” e responsabilidade com a comunidade local onde o empreendimento está inserido são princípios que norteiam essa prática.

As Universidades cumprem papel importante nessa construção por meio das Incubadoras Universitárias de cooperativas. Além de afirmar a função social da Universidade colaboram para o fortalecimento de uma outra perspectiva de desenvolvimento econômico, baseado em princípios de auto-gestão e educação popular e emancipação.

O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), executado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, atende cerca de 80 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares dentro de Universidades no Brasil. Um número pequeno ainda, frente a um enorme potencial diante da imensa quantidade de Universidades existentes e da demanda por geração de postos de trabalho e da emergente tendência desse novo paradigma do desenvolvimento.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares ITCP s - são a extensão do conhecimento por meio da educação popular ao passo que se desenvolvem tecnologias sociais capazes de construir um novo conceito de desenvolvimento e inovação. O aparato tecnológico criado nas Universidades é fundamental para impulsionar esse movimento onde uma outra economia que acontece.

A Universidade e os próprios estudantes devem ser protagonistas na construção de uma outra economia. A partir da articulação da Universidade com a comunidade universitária é possível criar os Fóruns municipais e regionais da Economia Solidária e fortalecer os movimentos sociais na defesa de mais políticas públicas que fomentem esse setor.

A UNE também deve apostar no movimento da economia solidária, encarando o projeto de Universidade Popular como um projeto de valorização da função social da Universidade e da participação protagonista do estudante na sua realidade.

## **Por uma agenda ambiental nas Universidades**

Os estudantes brasileiros não podem ficar de fora do debate sobre meio ambiente. Haja vista, que a temática é urgente, global e estratégica para um país como o Brasil. Discutir a melhoria do ensino deve passar pela questão socioambiental e as mudanças devem começar a partir de cada estudante.

O meio ambiente passou a receber mais atenção desde que o superaquecimento global passou a ganhar a grande mídia e ameaçar a vida no planeta. Muitas vezes essa temática é tratada como periférica, entre os estudantes e entre os demais setores da sociedade. Pelo contrário do que acontece, esse debate deve ser incorporado de forma transversal ao debate de todos os movimentos sociais e se tornar bandeira de luta do movimento estudantil.

É fundamental ter claro entre a opinião pública que os que serão mais atingidos pela escassez de recursos naturais no planeta (e pelas mudanças no clima) são àqueles que dependem diretamente deles e/ou vivem em situação de vulnerabilidade social. O continente Latino-Americano é um exemplo disso.

Por outro lado, o Brasil e os países da América Latina possuem grandes reservas de recursos naturais, uma vasta biodiversidade e uma enorme diversidade cultural. E sua preservação deve estar integrada a uma plataforma de desenvolvimento e de reparação da desigualdade social.

As Universidades sempre estiveram aliadas ao atual modelo de desenvolvimento econômico. Reproduziram um modelo de educação que nunca se preocupou com, por exemplo, o fato da água se tornar um bem escasso no planeta, ou em valorizar tecnologias agrícolas baratas, de baixo impacto ambiental, usadas por camponeses ao longo da história.

Agora, é preciso viabilizar que setores historicamente excluídos, como indígenas e quilombolas, extrativistas, pescadores e pequenos produtores de alimentos estejam livres das patentes estrangeiras, da injustiça do livre comércio, da exploração especulativa dos recursos naturais e de terras para que a manutenção de suas culturas preserve o meio ambiente.

O conhecimento baseado nos saberes populares, na cultura popular e na valorização da biodiversidade também é estratégico para colocar o nosso desenvolvimento em rumos sustentáveis, por isso, uma educação popular se faz vanguarda na construção de alternativas para a crise ambiental. A agroecologia, por exemplo, já é uma realidade.

Por tudo isso é função social da Universidade estar a serviço da qualidade de vida do seu entorno, do planeta e ser influente na construção de um projeto de país sustentável e de dimensão continental.

É preciso que os estudantes não só defendam a preservação da Amazônia, por exemplo, mas defendam a preservação de todos os ecossistemas dos quais todos os povos e toda a comunidade universitária são interdependentes. Mais do que isso, não devemos somente levantar a bandeira em defesa da Amazônia e contra a sua internacionalização. Devemos ser propositivos: defender e protagonizar a construção de alternativas à sua conversação, a partir do debate político sobre modelos de desenvolvimentos para o Brasil.

As Universidades brasileiras e cada estudante devem se voltar para responder à demanda global e de toda a comunidade Universitária. Devem produzir ensino, pesquisa e extensão em cima de alternativas aos modelos de produção, distribuição e consumo colocando esse conhecimento rapidamente ao acesso daqueles que historicamente estão longe de serviços e sem direitos básicos.

A UNE deve defender um projeto de Reforma Universitária onde a preservação do meio ambiente se faça central para a construção de um projeto de Brasil a partir da educação superior.

O movimento estudantil deve ter o compromisso em debater o papel do estudante e do profissional que se formará na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o país, incorporando as dimensões ambiental, social, econômica, ética, territorial e política. E esse compromisso deve partir de cada estudante e das mudanças na sua própria forma de conviver em sociedade. O cidadão-estudante que se sensibiliza com a causa passa a querer mudanças e a querer mobilizar mais estudantes. É essencial que este incorpore a identidade de um educador das massas dos estudantes (e das massas populares) e coloque na prática as mudanças que deseja ver no mundo.

É preciso mobilizar os estudantes para sensibilizar a reitoria, governos e sociedade. Lutar por espaços democráticos para se decidir o plano da Universidade em conjunto com a comunidade Universitária. Buscar levantar os conflitos socioambientais do território que a esta influencia, avaliar e monitorar os resultados da extensão do conhecimento e influenciar decisões políticas.

Um novo movimento estudantil é movimento que assume a responsabilidade de pressionar por mudanças no modelo educacional, provoca mudanças culturais na sociedade e luta por uma agenda ambiental na Universidade.

## **Legalização do aborto**

"Ela está morrendo de tanto sangrar"

Esta frase, retirada do romance de Eça de Queiros, "O Crime do Padre Amaro", expressa com perfeição o que ocorre com milhões de mulheres em todo Brasil (e também no mundo) no que diz respeito ao aborto. Tal prática, realizada desde as sociedades antigas e pré-industriais, é a causa, atualmente, de 70.000 mortes de mulheres por ano. Aqui no Brasil, configura-se como a terceira causa de morte materna.

Na realidade, o índice do aborto deve ser ainda maior do que o apontado, visto que, devido à ilegalidade, sua prática é exercida na clandestinidade. E sem contar que os índices de infecções e hemorragias encobrem seqüelas de tentativa de aborto realizada em más condições. É de se notar que a lei penal perdeu sua eficácia, pois não é capaz de inibir incontáveis abortamentos realizados no nosso país.

Decerto, não é função de o Estado controlar o corpo da mulher, muito menos querer usar argumentos em defesa da vida. Primeiro porque sabemos que não há uma definição precisa de quando esta começa o que existe são apenas teorias. Segundo porque é direito das mulheres terem autonomia sobre seu próprio corpo, sua sexualidade e reprodução e isso deve ser garantido pelo Estado. No mais elas também possuem direito de recorrer a sua própria consciência para que possa tomar decisões éticas.

Teorias a parte, sabemos que nem elas, nem o Direito Penal, muito menos opiniões subjetivas são mais fortes do que as causas que uma mulher possui para abortar. Daí porque esse tema deve ser tratado como uma questão de saúde pública. Segundo relatos da CPI da Mortalidade Materna, realizada em 2001, "o aborto em más condições é visto como um problema de saúde pública e representa risco maior para as mulheres pobres e jovens".

Isso tudo nos faz refletir quanto à permissão do Estado brasileiro de realizar abortamentos. Sua proibição leva a práticas clandestinas, o que implica sérios riscos à saúde e à vida da mulher, aumentando o risco de óbito desta devido a complicações decorrentes. Lembrando ainda que o aborto é permitido em casos de estupro ou risco de vida da mãe, só que muitos/as profissionais de saúde se recusam a realizar tal prática. É preciso sensibilizar tantos futuros/as profissionais como os/as próprios para a causa. Aborto legal e seguro são direito de toda a mulher!

## **Libertem as plantas! Pela legalização da maconha!**

A cannabis está enraizada na cultura de diversas sociedades do globo e segundo o Relatório Mundial sobre Drogas da ONU de 2007, ela é utilizada por 3,8 % da população mundial (aproximadamente 160 milhões de pessoas). A criminalização da maconha impede a

utilização de seus valores terapêuticos e homeopáticos, favorece o narcotráfico e a violência e dificulta a construção de políticas públicas para o tratamento de usuários e a prevenção.

A hipocrisia do estado brasileiro de colocar a culpa no usuário pela manutenção do tráfico de drogas inverte a ordem de prioridades, e a repressão e o autoritarismo fala mais alto do que a discussão sobre respeito das liberdades individuais e os efeitos da droga na saúde das pessoas. Nunca houve casos de overdose causada pela maconha, além do que, a droga é utilizada para tratamento do câncer e da Aids em casos mais graves.

O Movimento Mudança, que está presente nas lutas contra a opressão sobre os estudantes e a juventude, acredita que este debate deve ser feito de forma franca e aberta na sociedade brasileira. É necessário dialogar com a sociedade na perspectiva do uso da cannabis ser visto como um problema de saúde pública e não como uma questão policial, de segurança pública. Mais do que isso, devemos fazer o debate de porque que drogas que são muito mais prejudiciais a saúde, como o cigarro e o álcool, são liberadas e há pouco ou nenhum questionamento do estado sobre o seu consumo. A indústria do álcool vicia, mata e alimenta a violência em índices infinitamente superiores que a maconha. A diferença é que esta indústria é altamente lucrativa, diferentemente da cannabis que pode ser cultivada em casa e ter uma cultura artesanal.

É importante também que discutamos a quem serve manter a maconha na ilegalidade. A experiência de repressão sobre o uso de drogas que observamos nos século XX mostra claramente que o sistema atual não traz qualquer resultado, pois a quantidade de usuários vem aumentando, bem como o poder do tráfico. Para alguns setores, a cannabis é mais lucrativa sendo proibida, por toda a estrutura que o Estado dispõe com a repressão, pelo milionário e corrupto tráfico de drogas (que financia até políticos) e pelo sistema de propinas que este quadro cria.

A União Nacional dos Estudantes em seu congresso passado aprovou em plenária final a resolução em defesa da descriminalização das drogas. Neste sentido, apresentamos para ao conjunto dos movimentos que compõem a UNE a necessidade de pautarmos a defesa da legalização da maconha e a participação em todas as atividades que levem este debate para a sociedade.

Exigimos o fim do cerceamento desse debate! A Marcha Mundial da Maconha, que é um movimento global pela legalização da cannabis, neste ano foi proibida em 9 das 13 cidades onde ela iria acontecer, através de uma articulação entre setores conservadores da Igreja e do Ministério Público, em um grave atentado à democracia e à liberdade de expressão, conquistadas a duras penas pela sociedade brasileira.

Lutamos para viver em uma sociedade que garanta o livre arbítrio e o respeito às escolhas de cada um, uma sociedade que garanta as liberdades individuais. Acreditamos que esta pauta deve ser melhor bem debatida com o conjunto do ME brasileiro, para que nos

posicionemos ao lado dos estudantes e da juventude por um mundo com mais respeito entre as pessoas e direitos garantidos.

Por um debate franco e aberto sobre a legalização da maconha!

### **E as outras drogas?**

Acreditamos que o Estado tem dificuldades de combater o uso de drogas ilícitas sem reconhecê-las. O consumo de drogas químicas hoje não é inibido por conta da sua ilicitude. Hoje todo o jovem que quiser facilmente tem acesso a qualquer tipo de drogas, vide exemplo da epidemia do crack em grandes centros urbanos e as muitas notícias do aumento do consumo de drogas em festas com grandes aglomerações de jovens. Defendemos a legalização das drogas como ferramenta do Estado oferecer políticas mais abrangentes de combate ao uso de drogas sintéticas, mas garantindo condições de emancipação das pessoas e respeito às liberdades individuais.

## **Combate às opressões**

### **Gênero e feminismo**

A cultura hegemônica atual dissemina diversas formas de opressão às mulheres. As relações desiguais de gênero constituídas a partir da economia, das relações sociais e da cultura, ainda são predominantes em nossa sociedade.

A grande luta colocada para nós é eliminar essa cultura. E é exatamente a partir deste aspecto que observamos a importância e a necessidade do movimento, da organização das mulheres dentro do sistema opressor e excludente em que estamos inseridas/os.

Para isso, precisamos delimitar as opressões e saber como elas agem e nos prejudicam, pois é através deste reconhecimento que poderemos mostrar à sociedade a conjuntura vivida pelas mulheres.

Uma frase importante para reflexão, do sociólogo português Boaventura de Souza Santos: "todos temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza". Este pensamento, muito disseminado na luta racial, também reflete o modo que devemos encarar a luta feminista. Não queremos ser iguais em tudo, e nem podemos. Entretanto, não podemos

admitir que estas diferenças façam com que os homens se sintam superiores às mulheres, muitas vezes explorando-as, inferiorizando-as, e tornando-as apenas objetos sexuais. Não podemos permitir que existam espaços que inexplicavelmente são "de homens", como a própria política, por exemplo.

Levando-se em conta essas premissas poderemos fortalecer a luta que é nossa: de todas que ainda crianças sentimos a diferença de tratamento entre nós, filhas, com relação aos nossos irmãos; de todas que sofremos alguma violência sexual; de todas que desejam condições iguais de inclusão e remuneração no mercado de trabalho; de todas que desejam o fim do machismo e do falso moralismo de nossa sociedade, que oprime a mulher a se comportar sob várias inibições e imposições culturais; de todas que querem ter o direito de escolher sobre suas próprias vidas!

Construir esse debate dentro das Universidades brasileiras é fundamental. A educação deve ser um espaço libertário e emancipador, capaz de refletir uma nova lógica de mudança da educação sexista e das pessoas que permeiam a sociedade.

É nossa tarefa construir essa luta de todas as mulheres, estudantes e trabalhadoras.

### **Diversidade Sexual**

O Brasil é um país de cultura homofóbica. A homofobia é repúdio por aquelas pessoas que não estão agindo de acordo com o sexo masculino dominante (lésbicas, gays, travestis, transexuais) e se apresentam normalmente, sob forma de violência. A Universidade não está isenta de tal preconceito e a violência aparece normalmente da forma mais disfarçada possível, seja com piadinhas, seja com um olhar repressivo. O movimento estudantil deve encarar e discutir essa pauta com seriedade. Afinal, são direitos humanos que estão em jogo. Todos devem seguir os princípios de RESPEITO e LIBERDADE.

Nesse ano, o Governo Federal deu um grande passo realizando a I Conferência Nacional GLBT. Foi a primeira Conferência com essa abordagem no mundo e teve como tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)". O encontro propôs políticas públicas e a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de GLBT, ao mesmo tempo em que avaliou e sugeriu estratégias para fortalecer o Brasil sem Homofobia - Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual.

Mas achamos que tem que ir muito mais além, priorizando a aprovação da lei anti-homofobia para que casos de preconceitos sejam penalizados pela lei. A mudança de valores na sociedade se dá mudando os valores carregados com nós mesmo.

### **A Questão de Classe e de Raça no Brasil**

No conceito de classe abordado no paradigma marxista, a sociedade é dividida entre os que detêm os meios de produção (burgueses), e os explorados pelo capital (proletários). No Brasil, segundo Darcy Ribeiro, essa tipologia se manifesta em várias camadas: o patronato de empresários, as classes intermediárias, as classes subalternas e a grande massa de marginalizados.

Esses marginalizados são principalmente negros, moradores de favelas e da periferia, que tentam se inserir no sistema, mas não conseguem porque a estrutura burguesa de nossa sociedade cria um sistema que perpetua a ordem social vigente, colocando-os na posição de classe intrinsecamente oprimida.

O Estado Brasileiro explorou violentamente a força de trabalho negra durante séculos, e após a abolição da escravatura, abandonou-os à sua própria sorte, gerando um grande processo de exclusão e redução substancial desta população. Aproximadamente doze milhões de escravos negros ajudaram a construir o País, e até hoje não temos boa parte de seus descendentes inseridos na sociedade. Não é à toa que eles são 65% da população pobre e 70% dos considerados indigentes. De fato, no Brasil, quanto mais baixo for o nível social, mais escura é a pele.

Por outro lado, os meios de comunicação de massa insistem em afirmar a existência de uma suposta "democracia racial" no País. Recentemente, a revista Veja, para atacar a política de cotas do Governo Federal, lançou uma matéria afirmando que atualmente não há diferença entre negros e brancos no Brasil. É fato que esta premissa não passa de uma falácia reacionária. E para comprová-la basta apenas observarmos algumas evidências de nosso cotidiano, como o tratamento dispensado pela polícia a brancos e negros e a ausência da população negra nas universidades brasileiras.

Precisamos avançar nas mudanças estruturais, mudar a cor da universidade brasileira e impulsionar uma revolução social com verdadeira mudança da hegemonia, pois só assim poderemos construir uma sociedade onde a exploração do homem pelo homem não exista. E o grande papel do movimento estudantil é, como dizia Gramsci, atuar de maneira contra-hegemônica, pautando esses pontos com a sociedade para podermos construir a MUDANÇA.

# Educação

## Uma leitura sobre a conjuntura educacional

Vivemos hoje um novo momento em nosso país no que tange as políticas educacionais. Em toda a década de noventa discutíamos como frear o sucateamento, os cortes de verbas, a privatização da Universidade Pública e questionávamos um modelo de expansão do ensino superior alçado apenas nas instituições privadas. Neste momento vivemos outra realidade. Discutimos como expandir as universidades publicas da melhor maneira. Contudo, precisamos criar as condições objetivas para disputarmos os rumos desta ampliação.

O fato é que durante a década de noventa tínhamos poucas condições para a materialização de um projeto popular de universidade. As políticas neoliberais concretizavam uma proposta político-educacional que seguia orientações do Banco Mundial, e que não entendiam a universidade pública brasileira como um espaço de produção de conhecimento, e sim de reprodução. Nesta perspectiva, a Universidade brasileira deveria objetivar a formação técnica e qualificada da mão-de-obra referenciada no mercado, inserindo o Brasil na divisão internacional do trabalho de acordo com os anseios do mercado internacional e do projeto imperialista americano. Como afirma Juarez Guimarães: "Esta força inercial do paradigma neoliberal funciona no plano da cultura política como esterilizadora da imaginação criativa das nações, como redutora de suas possibilidades futuras, como fator deprimente de energias sociais. Vale-se da força institucional das grandes agencias internacionais (FMI, OMC, BANCO MUNDIAL)." (GUIMARÃES Juarez, A Esperança Equilibrista, 1, 2004, p. 30).

É importante ressaltar que historicamente entre a educação básica e a educação superior no Brasil existia um verdadeiro hiato. O desenvolvimento pedagógico não era pensado de forma continuada e sim de forma compartimentada, sendo tal modelo evidenciado no FUNDEF e no descomprometimento do Estado em garantir o acesso de todos ao ensino médio e superior.

Inúmeros indícios mostram a mudança de paradigma, sendo dois deles fundamentais: o primeiro seria a educação concebida de forma global e continuada; o segundo trata-se da relação indissociável do projeto educacional com o projeto de desenvolvimento estratégico e econômico do país (PDE/PAC).

Desde o início do Governo Lula teve algumas sinalizações dessas mudanças através da proposta de Reforma Universitária, do FUNDEB e do Proni. Mas com toda certeza o projeto educacional desse Governo obteve mais clareza a partir do PDE. Resultando no enlace entre educação e desenvolvimento, amparado em concepções substantivas de educação que perpassa todos os níveis, voltados para os princípios republicanos presentes na Constituição, sobretudo

no que entende a visão sistêmica da educação e à sua relação com a ordenação territorial e o desenvolvimento econômico social.

Para o Movimento Estudantil a educação tem que cumprir um papel estratégico no desenvolvimento social e econômico de um país. Neste sentido, é bandeira histórica do movimento a necessidade de reformar o modelo de educação superior implantado no Brasil, fruto da reforma feita no período da ditadura, através do acordo MEC/USAID. Herdamos a partir desta reforma um projeto de universidade elitista, pensado para poucos, comprometido com os interesses do mercado e não referenciado na nossa complexa realidade social.

Para mudar o atual quadro da universidade brasileira não basta somente a mudança das políticas de Governo. É preciso que o movimento estudantil tenha maturidade para entender quais são seus verdadeiros desafios históricos para avançar na mudança da universidade brasileira, permitindo a construção de uma universidade popular.

Quando em 2004 o Governo apresentou o primeiro projeto de reforma universitária, que culminou na apresentação do PL 7.200/06 no Congresso Nacional, setores do movimento estudantil não tiveram a percepção que era um momento de se fazer a disputa na sociedade, acumulando forças para derrubar as contradições do Governo, frear o lobby dos tubarões de ensino e ampliar a correlação de forças no Congresso Nacional através da mobilização estudantil.

Infelizmente alguns setores do movimento negaram qualquer possibilidade de se discutir o projeto, não analisando as limitações daquele momento político, acreditando que a mudança é resultante somente da iniciativa do Governo Federal. Neste momento faz-se importante citar uma breve passagem de Paulo Freire: "Confundir subjetividade com subjetivismo, com psicologismo, é negar-lhe a importância que tem no processo de transformação do mundo, da história, é cair num simplismo ingênuo. É admitir o impossível: um mundo sem homens, tal qual outra ingenuidade, a do subjetivismo, que implica homens sem mundo." (Freire Paulo, Pedagogia do Oprimido; p.37). Com a fragilidade do movimento estudantil em acumular forças, o projeto sofreu uma série de recuos, ficando engavetado e saindo da ordem de prioridade.

Outro ponto polêmico foi a implantação do Programa Universidade Para Todos (Prouni). Analisando a realidade da estrutura da educação superior no Brasil, constatou-se que apenas 10% da população brasileira conseguia ter acesso à educação superior, sendo 2,5% nas Públicas e 7,3% nas Pagas. Outra realidade constatada é que na Constituição de 1988, quando se regulamentou as formas de promoção do ensino superior no Brasil, permitiram quatro modalidades de formatação jurídica das instituições: públicas, com fins lucrativos, sem fins lucrativos e filantrópicas. Estas duas últimas ficariam isentas de impostos, mas teriam que dar uma contrapartida social regulamentada pelo Estado brasileiro.

No ano de 1993 o então presidente Fernando Collor, eliminou os critérios de contrapartida, o que abria brecha para completa ausência de prestação da mesma. E onde entra o Prouni nisso tudo?

O Prouni não se trata de uma transferência de recursos do Governo Federal para as instituições privadas, mas sim, da regulamentação da contrapartida social prevista na Constituição. Contudo, a contradição do Governo está em ter inserido no programa também às instituições com finalidade lucrativa. Nisso, o movimento estudantil precisa ser incisivo em sua contraposição.

Nas universidades federais, o Governo Lula apresentou outro programa, que também gerou muita polêmica no seio do movimento: o Reuni, que irá alterar concretamente a realidade do estudante dentro da universidade. Diferente do PL 7.200/06, que trazia uma perspectiva de modificações jurídicas na educação superior, o REUNI traz alterações de ordem acadêmica e pedagógica.

Esta materialidade do Reuni permitiu que setores oposicionistas assumissem uma tática propagandista e oportunista, afirmando que a ampliação proposta pelo REUNI fatalmente levaria à precarização e à perda do caráter público das IFES. É fato que também há elementos contraditórios no REUNI, como a possibilidade de salas lotadas e de diplomas intermediários, com os bacharelados interdisciplinares. Contudo, na prática, comprovou-se que a existência dessas contradições dependeu muito mais dos projetos apresentados do que do Decreto 6.096/2007, que estabeleceu o REUNI.

É importante destacar que a resistência à aprovação do REUNI nos conselhos universitários deveu-se em grande parte à falta de democracia do Governo, que estabeleceu prazos minúsculos para a discussão nas IFES e não foi ao debate com o movimento educacional neste que é o primeiro projeto de ampliação do sistema federal de ensino superior em décadas.

Para entender o REUNI é preciso a compreensão de que ele está inserido em um projeto maior, que busca pela primeira vez na história do país pensar a educação de maneira global: o PDE. Por isso o programa se estrutura em cima de diretrizes, que se justificam em diversos aspectos. O primeiro é o que coloca a universidade em consonância com um projeto de desenvolvimento educacional (PDE) e do país (PAC). O Reuni está dentro do PDE e o PDE está dentro do PAC. Tal relação de ressonância não seria possível se não estivessem estabelecidas algumas diretrizes.

Em segundo lugar, não houve agressão à autonomia universitária, já que os projetos foram elaborados pelas IFES, balizados pelas diretrizes centrais do REUNI. Contudo, com raras exceções, a participação da comunidade acadêmica na elaboração dos projetos foi inexistente. Isso se refletiu nas diversas mobilizações contra o REUNI nas reitorias de todo o país, gerando todo um processo de intolerância e até mesmo violência quando de sua aprovação nos conselhos universitários.

O REUNI trabalha com a necessidade de aumentar o acesso e a permanência no ensino superior, tendo como objetivo ter no fim da década 30% dos jovens entre 18 e 24 anos na universidade pública. Para isso o programa estabelece duas metas centrais: o aumento de 1/10 para 1/18 na proporção professor/aluno e a taxa de conclusão de 90%.

É importante lembrar que o Reuni se trata de um projeto plurianual que se desenvolverá ao longo de 5 anos e com vários marcos avaliativos no seu desdobramento. Neste sentido, não sabemos se a meta é possível, e podemos entendê-la como uma sinalização, jamais vinculando a liberação dos recursos ao seu alcance. Mas com toda certeza é a oportunidade de disputarmos a materialização de um projeto popular de universidade, a partir do acúmulo histórico dos movimentos sociais e da oportunidade de desdobrar medidas concretas que estejam em consonância com este projeto acumulado.

Hoje vivenciamos o início do processo de materialização do REUNI nas universidades. A coerência dos projetos e a sua capacidade de transformação da realidade interna da universidade, bem como do seu papel perante a sociedade, depende fundamentalmente da capacidade dos setores progressistas do movimento educacional em acumular forças na luta concreta. Só assim poderemos disputar os rumos dessa ampliação e fazê-la o mais próximo daquilo que entendemos como universidade popular.

### **Por uma Universidade Popular: Esta é nossa luta**

"(...) a universidade deve ser flexível... deve se pintar de negro, de índio, operário e camponês. Ou então ficar sem portas; para que o povo possa invadi-la e pintá-la com as cores que ele quiser".

CHE GUEVARA

Durante o 56° CONEG da UNE aprovamos o ante-projeto de reforma universitária que iremos finalizar no CONEB e apresentar para a sociedade brasileira.

Nesta resolução formulou-se alguns eixos centrais a serem debatidos e aprofundados para que o projeto da UNE se coloque em uma perspectiva transformadora. Mais do que um projeto de universidade, queremos contribuir para a transformação da educação em nosso País.

Para isso precisamos apresentar uma nova concepção de universidade.

O modelo de ensino hoje é voltado para a leis do mercado, ou seja, formar indivíduos que reproduzam a lógica consumista e de competitividade na sociedade sem pensar na forma como o mundo pode criar uma dinâmica de sustentabilidade e mudança de valores.

Temos que ter como objeto de luta a qualidade de ensino, que deve ser voltado para a transformação da sociedade, formar pessoas para contribuir com uma sociedade justa e igual,

uma sociedade para todos e todas serem de fato incluídas e participativas no processo de desenvolvimento social.

Sendo assim o movimento estudantil precisa, em todo o Brasil, se colocar a favor de uma universidade diferente, uma universidade popular. Para isso é fundamental fortalecermos o debate da extensão popular, da assistência estudantil e da democratização da universidade. A extensão universitária de viés popular é central para a mudança de rumos da universidade brasileira. Além disso, precisamos defender a permanência dos estudantes na universidade. Permanência que de fato dê condições para que o estudante tenha possibilidades de produzir extensão e pesquisa, no fortalecimento da produção de conhecimento e tecnologia voltada para as demandas populares.

Tudo isso se complementa se tivermos uma universidade democrática, desde na participação paritária da comunidade acadêmica nos conselhos superiores da universidade, até na construção de um conselho social para que a sociedade se empodere das deliberações da universidade.

Ou seja, a extensão popular, assistência estudantil e a democratização da universidade são fatores que devem ser motivadores da luta estudantil em nosso país. São eixos fundamentais no projeto de reforma universitária que a UNE irá apresentar. Só conseguiremos transformar o ensino da universidade e colocá-lo a serviço do desenvolvimento de um projeto nacional, de justiça social e igualdade entre as pessoas, caso mudemos a concepção de universidade em nosso país.

Devemos humanizar o conhecimento e voltar a universidade para uma perspectiva emancipadora da sociedade.

A humanização do conhecimento é um conceito a ser pautado por todas as entidades estudantis na luta por um ensino público, gratuito e de qualidade. A humanização do conhecimento é inverter a lógica de produzir máquinas para formar humanistas que desenvolvam projetos e se coloquem profissionalmente para contribuir com um mundo melhor.

Queremos Mudança na universidade brasileira, queremos uma Universidade Popular!

### **Garantia do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão**

A Universidade, de modo geral, só atinge seu objetivo se for baseada no tripé Ensino/Pesquisa/Extensão, tornando-se assim agente transformador da sociedade. Um espaço acadêmico atento às necessidades ao seu redor, modifica a realidade quebradiça e opaca de uma civilização construída nos alicerces da desigualdade.

Para uma Universidade que extravase seus limites, o Ensino precisa ser qualificado, massificado, e não mercantilizado. Instituições privadas de qualidade resumem-se às poucas que puseram a pesquisa básica e valorização do profissional de educação em primeiro plano, ou seja,

aquelas que em meio à lógica neoliberal, lançaram mão de uma posição visivelmente independente em relação à demanda vigente, a do capital imediatista.

A Pesquisa que nas Públicas pode recair na polêmica das fundações nas privadas corre o risco de ser direcionada pelos projetos pessoais do corpo docente e seus interesses regionais, dissipando estudantes interessados em receber a experiência acadêmica como um todo, e privilegiando outros por interesses específicos.

Para garantir esse diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento popular, o link entre Pesquisa e Extensão é fundamental. A formação superior de um indivíduo só se dá de fato quando se casam os interesses, numa via dupla, onde existe a troca das informações e a vivência. A Extensão, pensada sob um aspecto popular em sua essência, é a ponte do diálogo com Ensino e Pesquisa, o elo entre Universidade e Povo, e deve ser estritamente pensada pelo Movimento Estudantil.

### **Extensão Popular: resignificando a Universidade**

Nos últimos anos, observamos uma notória hegemonia do paradigma neoliberal sobre nossa sociedade, que entre outros aspectos, atingiu de forma incisiva a Educação Superior.

A Universidade Brasileira sofre um acentuado processo de mercantilização. Temos hoje 75% das matrículas nas Instituições Pagas, que em sua grande maioria não passam de empreendimentos comerciais, onde a Educação é uma mercadoria a ser vendida a um custo mínimo. E nas Instituições Públicas, também consumidas pela lógica do mercado, o princípio da função social da universidade é um conceito que necessita de resistência para continuar a existir.

A Universidade é um dos grandes instrumentos para a libertação do nosso povo. Perdê-la para os interesses do capital seria um golpe criminoso no processo de emancipação política, social e econômica do nosso País. E precisamos, com urgência, apontar saídas para esse quadro.

É necessária que o Ensino Superior dialogue com os setores populares, através da extensão universitária, notadamente a extensão popular. Esse diálogo deve ser fraterno e horizontal, respeitando-se as diversidades culturais e relacionando o saber científico com o saber do povo. Dessa forma, estaremos construindo uma produção acadêmica socialmente referenciada e uma Universidade protagonista no processo de emancipação das pessoas.

Além disso, é necessário afirmar que o conhecimento científico não nos basta. É preciso que os estudantes, através da extensão, também incorporem o conhecimento popular, lapidado e construído ao longo de gerações. As tradições populares são uma grande fonte não só para uma formação mais humanizada, mas também para preparar os estudantes para os complexos desafios que a conjuntura social nos impõe.

Por fim, a extensão é fundamental para uma formação crítica. Através do contato com o povo, passamos a questionar o modelo neoliberal e os valores individualistas que nos são

impostos pela própria Universidade, pelo mercado e pelos meios de comunicação de massas. A superação do modelo de Educação bancária e tecnicista que temos hoje no Brasil passa pela valorização da extensão e da educação popular enquanto elementos problematizadores de nossa realidade social.

A Universidade Brasileira, conforme estabelecido pelo artigo 207 da Constituição Federal, está construída sob a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Precisamos trazer a extensão popular para o centro da agenda do movimento estudantil, disputando o seu paradigma ideológico em todas as universidades e estâncias da Educação e garantindo a sua existência em todo o Ensino Superior. Para tanto, é preciso que a extensão tenha um financiamento próprio e permanente.

E esse é um desafio que só será consolidado se toda a rede do movimento estudantil se entender como protagonista desse processo. A UNE, as UEE's, as Executivas, os DCE's e os CA's precisam pautar a extensão popular no cotidiano das lutas e fazer dela o elemento norteador do ensino e da pesquisa.

Falar em função social da Universidade sem colocar a extensão popular como elemento fundamental é divagar em um conceito vazio. O movimento estudantil precisa ressignificar a sua atuação, percebendo que a extensão popular deve estar no pilar central do nosso projeto histórico de Universidade. Derrotar o modelo tecnicista hegemônico na Educação Superior e construir a luta do povo dentro das Universidades a partir da extensão é sem dúvida o grande desafio que está posto ao movimento estudantil brasileiro.

### **Democratizar a universidade brasileira**

Para garantir uma universidade popular é importante que esta universidade seja democrática em todos os sentidos. Desde seu acesso que precisa ser ampliado, até nas suas deliberações de prioridade. Com a adesão das universidades ao Reuni, achamos importante a autonomia dada a cada IFES para elaborar seu projeto, mas ficou claro que a maioria deles foram construídos sem um método democrático.

Os espaços de formulação e elaboração dos projetos, que são os conselhos, ainda são parte de uma estrutura hierarquizada que é resquício da ditadura militar e do acordo MEC/USAID.

Os conselhos até hoje não conseguem abranger a diversidade de idéias e opiniões da comunidade acadêmica, sendo formado por apenas 15% ou até mesmo 10% de cadeiras para os representantes estudantis.

Dessa forma o que vimos foi as decisões do projeto do Reuni serem tomadas sem uma contribuição consistente dos estudantes que pelo pouco espaço que temos nestes conselhos não conseguimos influir de forma tão direta como esperávamos.

Sendo assim acreditamos que uma bandeira a ser levantada para democratizar a universidade brasileira é a paridade entre funcionários, professores e estudantes nos conselhos superiores de todas universidades. E no caso das IES particulares que seja obrigatório a existência destes conselhos.

Alem da paridade nos conselhos achamos que é fundamental todas as universidades criarem um conselho social. Para que as IES sejam referenciadas pela sociedade que também tem que participar e ser agente da construção cotidiana da Universidade. Associações de moradores, sindicatos dos professores e funcionários, DCEs e entidades estaduais dos estudantes e membros da reitoria e do governo tem que estarem periodicamente debatendo as prioridades e os rumos que a universidade deve tomar, em todas as questões, seja na contratação dos professores até mesmo nos projetos de extensão a serem implementados.

Não podemos também esquecer de levantar em nosso Projeto de Reforma Universitária o debate sobre eleições paritárias para Reitor. Os seguimentos da comunidade acadêmica têm que ter peso igual na decisão sobre qual o melhor projeto de administração das universidades.

Um outro debate importante a ser realizado em relação à democracia nas universidades, que também perpassa por sua estrutura é em relação à burocratização dos departamentos de curso. Também resquício do acordo MEC/USAID feito na ditadura, os departamentos não atendem mais a conjuntura da universidade de hoje.

Mero aparelho burocrático, hoje serve muito mais como meio de garantia de interesses privados de grupos na universidade do que como meio de gestão nos cursos universitários. A compartimentabilização da Universidade hierarquiza o ensino e a estrutura universitária e minimiza a capacidade de dialogo entre os seguimentos universitários, sendo que, por exemplo, a participação de representantes estudantis nos conselhos de departamentos não é obrigatória.

Por isso achamos que é necessário rever a estrutura departamental nas Universidades brasileiras e propor um novo modelo de gestão, que faça com que a dinâmica universitária corresponda aos interesses de desenvolvimento da Universidade, aumentando sua capacidade de dialogo interno e externamente, para que possamos ter de fato uma Universidade popular.

## **Pesquisa**

Para que a universidade possa de fato ser um pólo de produção científica e tecnológica precisamos de mais investimentos na pesquisa desenvolvida em todas as áreas de conhecimento.

Porem mais do que desenvolver a pesquisa precisamos debater o caráter que estas pesquisas detêm no seio da universidade. Em consonância com a mudança da concepção da universidade que estamos propondo, a pesquisa produzida precisa atender as demandas populares em conjunto com a relação estabelecida através da extensão popular.

Não podemos mais aceitar a ingerência das empresas privadas e do capital estrangeiro, que utilizando da mão de obra nas universidades (estudantes e professores), patenteiam a pesquisa produzida atentando a soberania nacional e influenciando o rumo da produção científica e tecnológica. A pesquisa como o ensino é utilizada para atender os interesses das leis de mercado, contribuindo para a reprodução da lógica capitalista tão presente em nossas formações.

Por isso somos contra qualquer tipo de entrada de capital estrangeiro nas universidades seja publica ou privada, e defendemos a limitação de apenas 15% de investimento de empresas privadas nas pesquisas de nossas universidades. Acreditamos que a pesquisa deve ser desenvolvida a contribuir com o desenvolvimento do Brasil e por isso deve ser fomentada pelo próprio estado brasileiro.

### **Assistência Estudantil**

A assistência estudantil tem como função primordial prover os recursos necessários para superação de obstáculos e impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Ou seja, ela passa por todas as questões pertinentes à vida do estudante, como transporte, moradia, alimentação, instrumentos pedagógicos que garantam a formação de forma mais completa e até mesmo recursos financeiros.

Dentro das Universidades Particulares, devido à lógica de mercado que é baseada na obtenção de lucro, as ações de assistência estudantil são insuficientes ou, na maioria das vezes, inexistentes.

Hoje em dia o acesso a Universidade é facilitado através de programas como o Prouni, as cotas e as bolsas. Mas a falta de projetos de assistência estudantil prejudica a permanência de estudantes de baixa renda na Universidade, mantendo assim o cenário atual, onde apenas as pessoas com melhores condições financeiras conseguem ter formação no ensino superior.

Para mudarmos esse panorama é necessário que as Universidades Públicas e Particulares invistam em condições básicas de permanência para os estudantes, como a implantação de restaurantes universitários, residências estudantis, convênios médicos que atendam os estudantes de baixa renda em casos de emergência, vagas de monitoria e estágio dentro da própria instituição para este mesmo tipo de alunos, dentre outros projetos.

## **Passes Livres: uma política de permanência**

O passe livre nada mais é do que a gratuidade do transporte público para os estudantes. Sendo exercido de diferentes formas, já é realidade em alguns municípios, como Campo Grande, Maringá, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Corolário do direito de ir e vir, o passe livre se apresenta também como um sustentáculo do direito fundamental à educação, um dos direitos sociais elencados na nossa Constituição Federal.

A gratuidade do transporte para estudantes se apresenta também como uma política de acesso e permanência para secundaristas e universitários, pois gastamos muito com transporte, e isso é uma das grandes causas da evasão escolar.

Mas além de se lutar pela efetivação do passe livre deve-se ter em pauta a garantia que o trabalhador não sofra danos com o aumento do preço da passagem ou de impostos. Os municípios, com a ajuda dos Estados e até da própria União, devem buscar subsídios para tal política, até mesmo no orçamento da própria Prefeitura, com uma melhor distribuição dos recursos públicos, impostos e tributações. Deve-se ter em conta que financiar o passe livre é financiar a educação e o direito à cidade.

Existem várias formas de se efetivar essa luta nas cidades brasileiras. A mais legítima delas é a elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular, onde se recolhem assinaturas do eleitorado da cidade para apresentar um projeto de lei à câmara municipal, buscando a participação efetiva de toda a população e conscientizando-a do seu papel na sociedade. É importante que sejam feitas oficinas e debates, para que todos tomem consciência e se tornem atores nesse processo. Vale ressaltar que a porcentagem de assinaturas depende da Lei Orgânica Municipal de cada cidade.

Por fim, apesar da importância que tem o passe livre, não podemos nos focar apenas nesse debate. Enquanto em alguns lugares se discute o passe livre, há outros em que o debate ainda é o da meia passagem, e outros em que sequer há transporte público. A discussão do passe livre deve vir acompanhada do atual sistema de transporte, para, além de nos construirmos como sujeitos críticos na nossa sociedade, não gritarmos no vazio.

A juventude pode ser protagonista na construção do poder popular e garantir as transformações necessárias no transporte público de nosso país.

## **Contra a mercantilização do Ensino e o abuso de mensalidades**

Falar de mercantilização do Ensino é quase que diretamente remeter ao abuso de mensalidades. A Educação como um todo vem perdendo seu caráter público e humanitário, reproduzindo mecanicamente o conhecimento, batendo nas mesmas teclas, elitizando o público,

o enfoque, as práticas. E o recanto que deveria produzir informação capaz de mudar a estrutura-social, é o que mais se corrompe e repete incansavelmente a lógica mercadológica.

Nas Universidades particulares, essa lógica faz-se ainda mais cruel. O acúmulo de capital é fator obrigatório. Estudante que não pode pagar os preços absurdos da cota mensal, de fato não tem acesso, e se pode pagar, muitas vezes não pode obter material, passagem ou alimentação. Esse é o pior tipo de exclusão, pois além de ser financeira e de oportunidades, é a exclusão moral, que humilha e traumatiza.

Alunos inadimplentes recebem tratamento desprezível, e como estar com as contas em dia se a cada semestre os preços sofrem reajustes com os quais esses mesmos alunos não podem arcar, fomentando o êxodo estudantil? Reajustes que raramente retornam pra qualidade de Ensino, pra valorização do corpo docente, para o incentivo à Extensão popular e investimento na área da Pesquisa. Todos esses fatores, somados à exorbitante quantidade de estudantes aglomerados numa academia desvinculada de seu papel social, e à relação autoritária que existe em muitas dessas instituições, transforma a opressão das mensalidades no X da questão.

Abusos e infrações cometidas pelas Pagas contra os estudantes evidenciam a falta de mecanismos de controle e fiscalização, de uma política regulamentadora que mantenha a juventude brasileira dentro dos muros, pra que a produção de conhecimento extrapole os mesmos. Diante dessa realidade, a UNE apresentou um Projeto de Lei que visa coibir este aumento desenfreado, definindo que só poderá ocorrer caso sejam demonstradas necessidades de reajuste para custear os encargos educacionais, não sendo este, superior à inflação baseada no Índice de Preços ao Consumidor (IPCE) do ano anterior.

Podemos apontar também como parte do processo de mercantilização do ensino o surgimento de grandes complexos educacionais que se espalham pelo país, como a UNIP e a Estácio de Sá (que já contam com mais 150 mil alunos), que compram Universidades menores e concorrentes, sucateiam a qualidade de ensino, não investem em pesquisa e extensão, sempre visando a manutenção de uma mensalidade "baixa e atrativa", para atingir seu objetivo específico que é a obtenção de lucro.

O neoliberalismo demonstra ainda mais poder quando neste cenário das grandes empresas da educação privada, existe a entrada de capital externo na Universidade, como na Anhembi-Morumbi, que vem em busca de maiores lucros e desenvolver pesquisas visando atender, única e exclusivamente, seus próprios interesses.

Remetendo ao início do texto, quando falamos da "modernização" da Universidade, buscando a eficiência de empresas, vemos hoje universidades como a Anhanguera, que abrem o seu capital para ser negociado no mercado financeiro, demonstrando claramente que seu interesse primordial é maximizar os lucros e não oferecer uma educação de qualidade.

\_Auditoria nas universidades particulares e redução das mensalidades!!!

\_Pela aprovação do PL da UNE!!!